

V. 05, N.26 Jul./Dez. 2024

AS RELAÇÕES QUE CIRCULAM NO INTERIOR DA ESCOLA E A NATURALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NA FORMA DE CONSTRANGIMENTOS PSICOLÓGICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

RELATIONSHIPS THAT CIRCULATE WITHIN THE SCHOOL AND THE NATURALIZATION OF MORAL HARASSMENT IN THE FORM OF PSYCHOLOGICAL CONSTRAINTS: EXPERIENCE REPORT

LAS RELACIONES QUE CIRCULAN EN LA ESCUELA Y LA NATURALIZACIÓN DEL ACOSO MORAL EN FORMA DE LIMITACIONES PSICOLÓGICAS: REPORTE DE EXPERIENCIA

Fátima Regina Burlamaqui Lima
Universidade Católica Dom Bosco
ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-9746-974X>

Luciane Pinho de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco
ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-7003-9264>

Resumo: Este relato de experiência se insere no âmbito da escola pública, em interface entre a psicologia e a educação, considerando as atuais perspectivas de atuação do campo da psicologia previstas nas referências técnicas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CRP), que direcionam tais ações sob a ênfase da coletividade e não mais na abordagem psicologizante. Tal relato refere-se ao processo de supervisão de estágio obrigatório no curso de graduação em psicologia, em uma universidade pública da cidade de Campo Grande-MS. O objetivo deste trabalho é analisar as relações de convivência existentes no âmbito da escola, que muitas vezes se perpetuam como parte estruturante e naturalizada de assédio moral e constrangimento psicológico, violando direitos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação. Psicologia. Escola. Constrangimento.

Abstract: This experience report is part of the public school context, at the interface between psychology and education, considering the current perspectives of action in the field of psychology provided for in the technical references prepared by the Federal Council of Psychology (CRP) that direct such actions under the emphasis of the collective and no longer in the psychologizing approach. This report refers to the process of supervision of mandatory internship in the undergraduate course in psychology at a public university in the city of Campo Grande-MS. The objective of

this work is to analyze the coexistence relationships existing within the school context that, many times, perpetuate themselves as a structural and naturalized part of moral harassment and psychological constraint, violating the rights of children and adolescents.

Keywords: Education. Psychology. School. Embarrassment.

Resumen: Este relato de experiencia se inscribe en el ámbito de las escuelas públicas, en la interfaz entre psicología y educación, considerando las perspectivas actuales de acción en el campo de la psicología previstas en las referencias técnicas elaboradas por el Consejo Federal de Psicología (CRP) que orientan dichas acciones bajo el énfasis en lo colectivo y ya no en el enfoque psicologizante. Este informe se refiere al proceso de supervisión de una pasantía obligatoria en la carrera de pregrado en psicología, en una universidad pública de la ciudad de Campo Grande-MS. El objetivo de este trabajo es analizar las relaciones de convivencia que existen al interior de la escuela, las cuales muchas veces se perpetúan como parte estructurante y naturalizada del acoso moral y el bochorno psicológico, vulnerando los derechos de niños y adolescentes.

Palabras clave: Educación. Psicología. Escuela. Vergüenza.

2

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência se insere no âmbito da escola pública, em interface entre a psicologia e a educação, considerando as atuais perspectivas de atuação do campo da psicologia previstas nas referências técnicas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CRP) que direcionam tais ações sob a ênfase da coletividade e não mais na abordagem e psicologizante. Refere-se ao processo de supervisão de estágio obrigatório no curso de graduação em psicologia em uma universidade pública da cidade de Campo Grande-MS. O objetivo deste trabalho é analisar as relações de convivência existentes no âmbito da escola que, muitas vezes se perpetuam como parte estruturante e naturalizada de assédio moral e constrangimento psicológico, violando direitos de crianças e adolescentes.

Conforme as Referências Técnicas (CREPOP, 2019) para a construção de ações dos(as) profissionais da psicologia na educação básica, os principais elementos para nortear tais ações implicam em conhecimento científico crítico, compromisso e responsabilidade sociopolítica, com o

propósito de responder aos desafios como a exclusão social, a violência, a discriminação, a intolerância, a desigualdade, dentre outras.

Desta forma, a referida(o) profissional da área da psicologia necessita exercer um papel que não se limita à identificação diagnóstica e encaminhamentos para os casos em que a escola não se compromete em incluir. O cotidiano de assédios morais e demais constrangimentos pelos quais alunos e familiares vem sofrendo, são aspectos de sofrimento e riscos psicossociais que podem ser acompanhados de forma coletiva nestes espaços de aprendizagem.

3

AS INTERFACES ENTRE A PSICOLOGIA E A ESCOLA

A escola historicamente se utiliza dos princípios teóricos da psicologia para explicar comportamentos ditos inadequados de seus alunos, tanto no âmbito da aprendizagem quanto da conduta; desta forma torna-se uma justificativa bastante aceitável detectar tais dificuldades que serão “atendidas” pelo psicólogo ou psiquiatra e a escola então lavaria as mãos e seguiria na sua ação pedagógica higienizadora.

O cenário psicossocial, cultural e histórico de cada espaço escolar se constrói nas redes relacionais que envolvem todos os atores, com suas particularidades e desejos, crenças e valores, abordagem educacional, tendência política, compreensão de sujeito que irão permear as atitudes e interações de cada escola.

Neste sentido, o viés ideológico que embasa as percepções dos profissionais da educação em relação ao bom aluno, produzem narrativas perversas e abusivas que podem levar à exclusão daqueles cujo desempenho e comportamento não são compatíveis com as idealizações do professor, fato que pode se transformar em estopim para situações de violência e ódio como ação defensiva. Tais relações abusivas podem levar

ao abandono por parte de alguns alunos que não se sentem acolhidos, identificados e representados neste espaço educacional.

Neste palco relacional, a singularidade do aluno é limitada pela homogeneização e pelas normas fechadas e idênticas dos conteúdos para todos. Os possíveis “desvios” observados em relação à essas normas serão tratadas como naturais, desde que não seja um distanciamento acentuado, o que poderá ser motivo de reprovação ou abandono escolar. (Sacristán, 2001).

4

Para Collares (2013), com a psicologia, a vigilância se sofistica, com o surgimento de novos critérios, novos nomes, novas formas de avaliar. A normatização da vida implica em transformar os problemas em doença ou distúrbios. Assim, continua a autora, os profissionais se protegem da dificuldade de entender o outro, atrás de seus instrumentos padronizados de avaliação.

Conforme o relatório produzido pelo GT Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, as medidas de enfrentamento e melhoria da convivência e do ambiente de acolhimento nas instituições educacionais, com a garantia de boa infraestrutura física e espaços de diálogo e de movimentos de inclusão, com ênfase na gestão democrática e cidadã, possibilitam a resolução de conflitos.

Tais análises sugerem que os espaços de convivência, o ambiente de acolhimento e a infraestrutura da escola, juntamente com a gestão democrática podem favorecer as relações de respeito e inclusão no interior da escola, possibilitando a desconstrução da naturalização do assédio moral e do constrangimento psicológico como formas

O cenário psicossocial, cultural e histórico de cada espaço escolar se constrói nas redes relacionais que envolvem todos os atores, com suas particularidades e desejos, crenças e valores, abordagem educacional, tendência política, compreensão de sujeito que irão permear as atitudes e interações de cada escola.

O corpo, no espaço social esteve e está preso no interior dos poderes, de forma a lhe conferir limitações e proibições, (Foucault, 1999); este mesmo autor revela ilustrações que indicam a tendência educacional do século XVIII em exercer o processo de docilidade física, quando educar envolvia fundamentalmente a disciplina e o aprisionamento físico para o controle até mesmo da caligrafia, que deveria seguir modelos artísticos rígidos, independentes das peculiaridades dos alunos.

O discurso da escola aponta para o aluno competente e disciplinado, assim, em muitas circunstâncias observadas, a escola se sente no direito de constranger aqueles que não vestem o figurino esperado, muitas vezes sendo alvejados por falas intimidatórias, preconceituosas e constrangedoras, expondo aqueles cuja aprendizagem é mais lenta, ou aqueles oriundos de outros países que apresentam dificuldades com a segunda língua que ainda não dominam.

Conforme Vygotsky(1991), a linguagem não é um fenômeno natural e inato, mas está revestida pelas determinações histórico-sociais. (Vygotsky, 1991), acrescenta à esta categoria da linguagem o poder de violar direitos no ambiente escolar, quando a palavra é empregada para assediar e constranger crianças e adolescentes.

Para Galindo (2024), punições severas se incluem no âmbito da escola, dificultando procedimentos de apoio e de expressão e criatividade:

Políticas de disciplina rigorosas são outra manifestação dessa violência no ambiente escolar. Regras que impõem punições severas por infrações menores, como atrasos, uniformes inadequados ou comportamento considerado inadequado, reforçam a conformidade e a obediência através do medo de represálias. Tais políticas, embora concebidas para manter a ordem, podem ser percebidas como injustas ou excessivamente punitivas. Elas podem criar um ambiente onde o foco está mais na punição do que no apoio ao desenvolvimento dos estudantes, limitando a expressão individual e a criatividade. (Galindo 2024, p. 82.)

Segundo a referida autora, ocasiões em que a escola promove a seleção de alunos pelo critério do desempenho acadêmico ou a alocação desigual de recursos reforça hierarquias existentes e marginaliza

determinados grupos de estudantes. Tais práticas não apenas mantêm, como também legitimam estruturas desiguais dentro do sistema educacional, exacerbando as disparidades sociais e econômicas.

Afirma ainda que, “métodos de ensino e disciplina que incluem gritos, humilhação pública ou outras formas de coerção psicológica são justificadas como necessárias para manter a disciplina na sala de aula.” (Galindo, 2024, p. 82), podendo gerar um ambiente hostil que interfere no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado.

6

O CAMPO DA ESCOLA E OS DESDOBRAMENTOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PSICOLOGIA-RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ao iniciar o relato da experiência como psicóloga e supervisora de estágio no campo da educação no curso de psicologia, se faz necessário resgatar memórias de minha primeira experiência profissional e meu repúdio com os retrocessos na área da educação inclusiva em meu estado. Após mais de 20 anos afastada da dinâmica do espaço escolar, retomo minhas atividades acadêmicas num contexto de desconstrução de ações psicopedagógicas que já faziam parte da rotina profissional da psicologia na esfera da educação inclusiva.

Um outro elemento constitutivo do espaço escolar que se mantém presente após todos esses anos, é a permanente naturalização do assédio moral e do constrangimento psicológico tão banalizado por coordenadores, diretores e professores, com raras exceções de acolhimento e de respeito diante dos alunos.

A atividade de estágio curricular supervisionado obrigatório no curso de psicologia de uma universidade pública na cidade de Campo Grande - MS se ampara na matriz curricular e na exigência de formação acadêmico-profissional proposta no projeto pedagógico. Apresenta como um dos

objetivos primordiais, possibilitar às(aos) estagiárias(os) a reflexão e articulação teórica sobre a prática(práxis).

A referida atividade de campo supervisionado ocorreu na cidade de Campo Grande, em quatro escolas públicas, sendo que três estão inseridas em bairro de classe média e uma em bairro periférico popular, no período compreendido entre agosto e dezembro de 2023.

Tais escolas revelaram contextos bastante diversos tanto em relação ao processo de ensino e aprendizagem, quanto nas abordagens de gestão e relação de poder. Relativo aos aspectos de gestão se verificou o quanto uma gestão democrática impacta a vida do aluno no sentido do bem-estar e do sofrimento psíquico.

A relevância das ações desenvolvidas no âmbito do estágio supervisionado em psicologia envolve, antes de tudo, a possibilidade de colocar o acadêmico do primeiro ano do curso em contato com a realidade concreta cujo território irão atuar.

Particularmente na esfera da educação, em que conflitos, contradições, sonhos, afetos, construção do conhecimento e das relações de poder; serão espaços para a construção da práxis da psicologia.

O acompanhamento do estágio contou com a supervisão em campo que, necessariamente é realizada por um profissional da área e tem como objetivos tecer a aproximação dos conceitos teóricos com a realidade concreta onde a vida, o sofrimento psíquico e a subjetividade se constroem; identificar demandas psicossociais e permitir o acesso das (os) estagiárias aos contextos e atores da escola.

O contexto das escolas definidas pela Secretaria de Estado de Educação para a realização do estágio se apresentavam com o mesmo discurso psicologizante ao se referirem aos alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, ou mesmo transtornos do desenvolvimento e deficiência intelectual, repetindo o posicionamento de décadas, onde o ato médico definia e define a história da aluna(o) que é vestido pela vida toda

com a roupa “etiquetada” com o tipo de CID ou classificação da deficiência ou transtorno que fora diagnosticado em uma breve sessão com o neurologista/psiquiatra.

A escolha da escola D¹ se deu em função de apresentar características especiais, pelo fato de ser confessional e autoritária e. Atualmente recebe alunos do ensino fundamental ao ensino médio, assim como alunos de inclusão nas salas de recurso do contraturno.

8

O acompanhamento do estágio em campo contou com a supervisão de um profissional da psicologia e tem como objetivos tecer a aproximação dos conceitos teóricos com a realidade concreta onde a vida, o sofrimento psíquico e a subjetividade se constroem, assim como de identificar demandas psicossociais e permitir o acesso das (os) estagiárias(os) ao contexto escolar.

O desenvolvimento das ações no primeiro ano de estágio, são de baixa complexidade, considerando que as acadêmicas (os) ainda não possuem fundamentação teórica para propor intervenções. Desta forma, realizaram observações participativas acompanhadas da elaboração do diário de campo e entrevistas, como instrumento metodológico.

Os diálogos e observações realizadas pelos estagiários junto à coordenação, direção e professores revelaram a tendência da escola em apontar alunos com alguma deficiência ou transtornos como aqueles já estigmatizados com a marca do “laudo” médico, assim como em denunciar casos de alunos oriundos de penas socioeducativas, como responsáveis por qualquer tipo de delito que venha a acontecer na escola, fato que também se constitui em assédio moral, comportamento este já bastante naturalizado pela escola.

Em um dos dias de realização do estágio de campo na referida escola, observou-se que o carro da ronda da polícia militar estava em frente à escola, logo se soube pela coordenadora que um aluno que cumpria

¹ Usaremos a letra D para identificar a escola selecionada.

medida socioeducativa estava sendo acusado, sem provas, de ter usado maconha no banheiro. Por mais constrangedor que possa parecer, o fato estava sendo tratado com a presença do aluno em uma sala exposta aos olhares de toda a escola, como se fosse um acontecimento banal e naturalmente posto, sem que os responsáveis pedagógicos e da direção se dessem conta que se tratava de uma circunstância de violação de direitos daquele aluno.

9

Episódios como este também se verificou em relação à presença de familiares que são chamados em razão de algum problema de comportamento de seus filhos, quando também sofrem constrangimentos ao serem expostos com as queixas tratadas sem nenhuma forma de sigilo e privacidade, como se também fosse natural e esperado tal postura.

Os estagiários também verificaram uma necessidade proeminente com a vigilância permanente dos alunos, numa abordagem abusiva e antiética, onde a exposição em relação ao comportamento inadequado, ocorria publicamente, por meio de um microfone, onde o nome do transgressor era devidamente divulgado.

Relativo aos aspectos de gestão se verificou o quanto uma administração autoritária impacta a vida do aluno no sentido do bem-estar psicossocial. Evidências tais como a aridez da estrutura física, como a ausência de cadeiras e bancos, dificultam a possibilidade de espaços de convivência durante o intervalo; na interpretação de uma coordenadora, a não construção de bancos ocorre em função de que poderiam perpetuar comportamentos de ausência nas aulas, após o intervalo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a proposta inicial deste relato de experiência na supervisão do estágio obrigatório na graduação do curso de Psicologia, pode-se inferir, primeiramente em relação ao espaço e às dinâmicas que

envolvem as relações interpessoais na esfera escolar que, as transformações relativas aos discursos e modelos esperados pela escola ocorrem de forma lenta e contraditória.

Apesar de verificar-se propostas progressistas e democráticas, de forma geral nos projetos pedagógicos das escolas, a realidade concreta se mantém com ações rígidas e punitivas por parte dos agentes formadores institucionais, repetindo atos disciplinares que permanecem intactos nas ações do cotidiano educacional ao longo dos anos.

Ao acompanhar estagiários ao longo das supervisões nas unidades escolares, um deles revelou espanto e sofrimento psíquico, manifestando sintomas físicos como dores de cabeça ao presenciarem tais abusos, onde houve situações em que a escola constrangia alunos e familiares, em reuniões que envolviam punições por comportamentos inadequados na escola, sem nenhuma garantia de privacidade de suas histórias de vida.

Conclui-se este relato mencionando como relevante que estágios em cursos de psicologia nos anos iniciais de formação proporcionem uma práxis que dimensiona a importância de se construir o papel ético e teórico-prático, articulando o que se vivencia nas relações reais e concretas do estágio em campo com os fundamentos epistemológicos da referida área.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. CREPOP. 2019. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica.** Disponível em:https://www.crpms.org.br/wp-content/uploads/2022/03/EducacaoBASICA_web.pdf Acesso em 17-07-2024.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf Acesso em 30 de setembro de 2024.

GALINDO, Julyana Sueme, W. **expressões de violências na escola, tensões sociais e “raciais”:** minha presença o incomoda? Tese de doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. UFMS.2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Ataque às escolas no brasil: análise do fenômeno e recomendações para ação governamental**: Grupo de trabalho de especialistas em violência nas escolas. 2023. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/documento/2023-11/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf Acesso em 27 de outubro de 2024

MOYSÉS, Maria Aparecida, A. e Collares, Cecília A, L. Controle e Medicação da Infância. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2456/2090> Acesso em 24 de setembro de 2023.

SACRISTÁN, Gimeno, J. A educação obrigatória: Seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Editora Artmed Ltda. 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.1991.